

Técnico da Cepal propõe plano para renegociação

Da enviada especial

Das soluções propostas para resolver o problema da dívida externa dos países da América Latina, a mais coerente foi apresentada ontem em Fortaleza por Robert Devlin, economista da divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal, que propõe um entendimento bilateral entre o devedor e o credor. A sua intervenção, feita durante a XIV Assembléia Geral da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento — Alide, sugere um acordo financeiro entre o país devedor e o banco credor para a renegociação do pagamento da dívida, com amortização por um prazo de 15 anos, seis anos de carência sem comissões e pagamento de spread de 1% acima da libor.

Na sua opinião, existe disposição por parte dos banqueiros, que assim teriam garantido o recebimento futuro, sendo possível reescalonar os empréstimos em condições mais favoráveis. No entanto, o ponto crítico para os países latino-americanos está no pagamento dos juros da dívida externa.

O presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Rubens Vaz da Costa, fez uma análise fria da situação externa, não só da dívida do Brasil como da de outros países, caracterizando-as como "temporária crise de liquidez e não como definitiva crise de solvência". Lembrou, também, a necessidade de um esforço conjunto para evitar que a iliquidez se transforme em insolvência, pois a distância entre ambas não é muito grande.

Segundo Rubens Vaz da Costa

"a um país insolvente não adianta fazer empréstimos adicionais, evitar que um país ilíquido se torne insolvente convém a todos os interessados, pois o valor dos créditos com um país insolvente tende a zero". Justificou o crescimento desses países, que com economias mais fortes e com aumento de exportações podem vir a saldar seus compromissos externos, comparecendo novamente como bons clientes aos mercados internacionais de capital.

O endividamento da América Latina é hoje tão elevado que isso acaba dando aos países devedores um poder de negociação insuspeitado até por eles mesmos, afirmou durante o encontro da Alide o consultor técnico do Banco do Estado de Minas Gerais, Elcio Costa Couto. A hipótese do não pagamento do serviço da dívida aos bancos norte-americanos em 84, por parte desses países, publicada num artigo da revista *Business Week*, mostra os efeitos desastrosos para a economia dos EUA.

Um provável default representaria uma queda no PNB norte-americano de US\$ 69,7 bilhões; uma redução nas exportações de US\$ 38,3 bilhões; desemprego de 1,1 milhão de pessoas; o déficit orçamentário aumentaria em US\$ 26,4 bilhões; e as taxas de juros dos fundos federais seriam acrescidas em 2,26%. Costa Couto lembrou ainda que os bancos americanos representam apenas 25% da dívida total, podendo imaginar-se o impacto sobre Europa e Japão.

Camillo Calazans, presidente do Banco do Nordeste, foi reeleito ontem à tarde presidente da Alide para um novo mandato de dois anos.